

O DESGASTE NA RELAÇÃO DOS TRABALHADORES COM O SEU TRABALHO

Valéria Resende Teixeira¹

RESUMO: Preocupados com o estado emocional dos educadores das escolas que têm se queixado de mal-estar na profissão, tentamos compreender o seu sofrimento. Neste estudo, demos espaço para que a síndrome de burnout fosse, além de nomeada, esclarecida como a condição mais crítica do estresse profissional. Buscamos também conhecer um pouco da história dos trabalhadores no que se refere à luta por melhoria das condições de trabalho. Denunciamos o desgaste do trabalhador, em meio à essa sociedade capitalista exigente, que força os trabalhadores a executarem as atividades laborais sem respeito às suas necessidades biológicas. E, por fim, trazemos para discussão, as tensões e as contradições na educação pública básica do Brasil, não deixando de mencionar que a necessária modificação do papel dos professores têm sido uma fonte importante de mal-estar para muitos deles.

PALAVRAS-CHAVE: Burnout. Trabalhadores. Educação.

ABSTRACT: Concerned about the emotional state of the educators who have complained of malaise in the profession, we try to understand their suffering. In this study, we gave space so burnout could be, besides named, explained as the most critical

¹ Graduiu-se em Letras (UFU), fez formação em Psicopedagogia e Psicoterapia Corporal. Exerceu a profissão de professora de português por 20 anos em escolas de Uberlândia. Em 2005, defendeu sua dissertação no Mestrado em Educação da UFU, sob o título "A saúde do educador: saberes necessários aos trabalhadores da educação" e, desde então interessa pela pesquisa sobre a formação docente. Atualmente exerce a função de assistente em administração na biblioteca do Campus Santa Mônica da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). E-mail:valeriar@dirbi.ufu.br

condition of professional stress. We seek also to know a bit about the history of workers in relation to the struggle for improved working conditions. We denounce the wear of the worker, within this capitalist society demanding, forcing the workers to perform work activities without regard to their biological needs. And finally, we bring to discussion, the tensions and contradictions of public basic education in Brazil, not neglecting to mention that the necessary changes in the role of teachers has been an important source of unease for many of them.

KEYWORDS: Burnout. Workers. Education.

Depressão, fadiga, stress e agora burnout

Temos constatado um sofrimento psíquico que gera implicações na motivação dos professores, interferindo na organização do seu trabalho.

...muitos têm optado por não mais se envolverem emocionalmente no trabalho; alguns chegam a duvidar do valor do próprio trabalho realizado em sala de aula; outros ficam endurecidos de afeto e desenvolvem sentimentos e atitudes negativas. Esse triste quadro exposto em nossas escolas têm nos inquietado bastante; sentimos, então, a necessidade de compreender o que está se passando com os nossos colegas educadores. (PEREIRA, 2003)

Na busca de entender o que está ocorrendo no âmbito de trabalho do professor, deparamo-nos com a síndrome de burnout, que no sentido literal significa queimar de dentro para fora. Burnout simboliza a perda do fogo, da vontade, do desejo de continuar na luta: “Falta de motivação, desamparo, desesperança, passividade, alienação, depressão, fadiga, stress e agora burnout, em última instância se defrontam com a mesma questão: por que as pessoas desistem?” (CODÓ; VASQUES-MENEZES, 2002, p. 239).

Benevides-Pereira (2003), em seu artigo “O Estado da Arte do Burnout no Brasil”, nos revela de forma sucinta como se deu o esclarecimento da síndrome de burnout. Foi a partir

dos estudos sobre burnout desenvolvidos por Freudemberger em 1974 e, posteriormente, por Maslach & Jackson em 1981, que se desencadeou uma série de outros estudos sobre o tema. No Brasil, a primeira publicação data de 1987, em que França escreve um artigo sobre a questão em evidência, na Revista Brasileira de Medicina. Na década de 1990 as primeiras teses e outras publicações sobre o tema começam a aparecer, mas mesmo assim, a síndrome continua até hoje, desconhecida da maior parte dos profissionais, mesmo daqueles que devido à sua ocupação deveriam conhecê-la. O primeiro livro sobre burnout em idioma português comercializado no Brasil foi a tradução de uma obra de Maslach e Leiter (1999). Nesse mesmo ano, 1999, Wanderley Codo deu início a uma pesquisa sobre as condições de trabalho e saúde mental dos trabalhadores em escolas de educação pública básica, em todo o território brasileiro, em que investigou a síndrome de burnout entre esses trabalhadores.

A pesquisa coordenada por Wanderley Codo foi publicada sob o título *Educação: carinho e trabalho* em 2002, e contou com a parceria entre o Laboratório de Psicologia do Trabalho da UNB (LPT) e a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE). Teve a duração de dois anos e meio, e foram investigados 52.000 sujeitos em 1.440 escolas de educação básica da rede pública estadual, espalhadas em todos os Estados do Brasil. Esse é o primeiro estudo intensivo e extensivo de saúde mental e trabalho de uma categoria profissional no Brasil.

Certificamos através de leituras (CODO, ESTEVES, MASLACH & LEITER, LIPP, MOTA-CARDOSO, FERENHOF & FERENHOF, CARVALHO, BENEVIDES-PEREIRA), que burnout é a condição mais crítica do estresse profissional; geralmente o burnout é agravado pela ansiedade, melancolia, baixa auto-estima, sentimento de exaustão física e emocional, leva a uma desistência camuflada que se dá na continuidade dos afazeres profissionais, portanto, uma desistência na ativa. Essa síndrome afeta principalmente, os profissionais da área de serviços quando em contato direto com seus usuários. Os profissionais de educação e saúde, policiais e agentes penitenciários, entre outros, são apontados como clientela de risco. As pesquisas

citadas acima têm revelado que o burnout ocorre em trabalhadores altamente motivados, que reagem ao estresse laboral trabalhando ainda mais.

Um dado importante sobre isso é o fato de que o desconhecimento da síndrome leva os profissionais da saúde a tratá-la como estresse ou depressão, e com isso a causa principal do problema não é atacada.

Do ponto de vista legal, a síndrome de burnout passa a ser considerada no Brasil, a partir de 18 de junho de 1999, com a republicação do Regulamento da Previdência Social no Diário Oficial da União. No Grupo V do CID-10 (décima edição do Código Internacional de Doenças) aparece o seguinte texto: “Sensação de Estar Acabado (Síndrome de Burn-Out, Síndrome do Esgotamento Profissional) proveniente do ritmo de trabalho penoso, ou de outras dificuldades físicas e mentais relacionadas com o trabalho.” Percebemos um avanço das conquistas dos trabalhadores, pois antes dessa data, somente eram consideradas doenças relacionadas ao trabalho, as que fossem diagnosticadas no nível físico.

A organização das escolas públicas e o modo como elas funcionam respondem por alguns dos fatores que são fundamentais para fortalecer ou enfraquecer o trabalhador da educação. O tipo de gestão adotado pelos estabelecimentos que oferecem educação pública básica no Brasil intervém sobre diferentes aspectos que configuram sua realidade e por um caminho indireto acaba propiciando ou limitando o sofrimento psíquico dos educadores. Se a gestão é participativa e democrática ela consegue traduzir as esperanças e desejos de seus trabalhadores. Em contrário, se é uma gestão que não leva em consideração as reivindicações e aspirações de seus funcionários, isso pode levá-los a um desânimo, por se sentirem desconsiderados: “Observamos que o tipo de gestão adotado pelas escolas é uma variável que intervém no cenário escolar, propiciando ou limitando o sofrimento psíquico dos trabalhadores.” (BATISTA; ODELIUS, 2002, p. 334)

Dentre os fatores que incidem diretamente sobre a ação docente, limitando-a e gerando tensões de caráter negativo em

sua prática cotidiana está a precária infra-estrutura da maioria dos estabelecimentos da rede pública que oferecem educação básica (isto é, os três níveis de ensino: infantil, fundamental e médio). O conceito de infra-estrutura que nos interessa relaciona-se aos meios que permitem a realização do trabalho. Quando falamos de meios, referimos às ferramentas de trabalho, uma vez que todo trabalhador necessita das mesmas na execução de sua atividade. No caso do professor, suas ferramentas são os materiais básicos (carteiras, quadro-negro, equipamentos para reprodução de cópias, etc) e os recursos de apoio ao ensino (aparelho de som, biblioteca, computadores, material didático, etc).

Quando faltam aos professores os materiais básicos e os recursos de apoio de ensino, eles acabam tendo afetada sua relação com a escola e seu envolvimento pessoal no trabalho sofre uma recaída. Desenvolve-se assim um campo de tensão entre o senso de desvalorização profissional e sua relação com a atividade de ensinar em si mesma. A maior parte dos estados brasileiros, em relação às suas escolas públicas estaduais, apresenta déficit de materiais básicos e recursos de apoio ao ensino, o que dificulta o trabalho do professor. (BATISTA; ODELIUS, 2002, p. 167)

O máximo do desgaste aparece quando o professor enfrenta em seu local de trabalho o problema da violência social. Se a sociedade é composta também por pessoas violentas e a escola abriga em seu interior parte da sociedade, é natural que ali haja esse problema. Uma pergunta então se impõe: o que acontece com esse educador/trabalhador que tem que desenvolver sua atividade de trabalho num contexto caracterizado pela violência, ou ameaçado por ela? As “gangues” proliferam na paisagem urbana, muitas vezes estão ligadas ao narcotráfico, transitam em diferentes locais, na periferia, nas portas de escolas, e inclusive dentro das escolas. As disputas dos grupos de narcotráfico estão ocorrendo do lado de fora e do lado dentro dos muros das escolas. A promessa do ganho fácil e os apelos compulsivos da mídia ao consumo, têm levado alguns jovens ao crime. As organizações criminosas oferecem ao indivíduo um tipo de recompensa que a sociedade lhe nega: a ilusão de uma vida cheia de glamour,

poder e prestígio. Diante de uma paisagem cinza como essa, onde imperam a violência e o crime, o professor terá muita dificuldade para manter seu equilíbrio psíquico. (BATISTA & EL-MOOR, 2002)

O professor com burnout traz uma fisionomia que revela seu desgaste físico e mental. Suas ações são também reveladoras: deixa de envolver-se no trabalho, não investe afetivamente como antes nas relações com os alunos, com os colegas, revela um sentimento de impotência, de incapacidade pessoal para realizar algo que tanto sonhou. O trabalho que antes lhe dava prazer fica penoso. O professor critica os alunos, realça suas dificuldades, atribui aos alunos o próprio fracasso.

Começa com uma sensação de inquietação que aumenta à medida que a alegria de lecionar gradativamente vai desaparecendo. [...] se instala muitas vezes a partir de expectativas elevadas e não realizadas. [...] não ocorre de repente; é um processo cumulativo, começando com pequenos sinais de alerta, que, quando não são percebidos, podem levar o professor a uma sensação de quase terror diante da idéia de ter que ir à escola. (REINHOLD, 2002, p.64 e 65)

Alguns estudos têm apontado para um perfil de professor que é mais propício à instalação do burnout, mas sem muito sucesso. “Tudo o que se conseguiu foi demonstrar maior incidência entre os workaholics, ou seja, entre aqueles indivíduos altamente centrados no trabalho, que fazem deste o objetivo de suas vidas.” (CODÓ & VASQUES-MENEZES, 2002, p.243).

De maneira geral, a maioria dos autores está de acordo que o burnout é uma síndrome característica do meio laboral e que esta é um processo que se dá em resposta à cronificação do estresse ocupacional, trazendo consigo conseqüências negativas tanto em nível individual, como profissional, familiar e social. (BENEVIDES-PEREIRA, 2003, p. 4)

O professor que, em início de carreira, acreditou na capacidade transformadora da educação, e por isso mesmo investiu toda a sua energia num projeto de ações que levariam às transformações

imaginadas, com o passar dos anos, vai percebendo o quão longe ainda se encontra da sua utopia. Essa percepção acaba por levá-lo ao desânimo, e muitas vezes à desistência. O burnout é uma desistência de quem muito lutou, mas, que sob o próprio olhar crítico, pouco realizou. A impossibilidade de realizar os seus sonhos desmonta o professor, quando ele se sente impossibilitado de fazer o que deveria, surge, então, um conflito, cuja dinâmica permite a instalação do burnout.

Os processos que levam ao burnout são bastante complexos, os estudos evidenciam a relevância da dimensão coletiva, sobre a individual. Muitos autores (CODO, ESTEVES, LIPP, MOTA-CARDOSO) têm apontado para a importância do suporte social para lidar com o sofrimento docente. A comunicação entre os pares profissionais é um importante veículo que permite o compartilhar dos problemas, evitando assim, que os problemas se acumulem no interior do indivíduo, deixando-o muitas vezes esgotado e sem forças para procurar ajuda. Ao expressar suas dificuldades e limitações, o professor percebe que não está solitário, que os problemas, muitas vezes, são pertinentes à profissão e não ao indivíduo. A troca de experiências entre os colegas de trabalho leva a soluções muitas vezes não encontráveis quando o professor procura sozinho pelas mesmas.

Segundo Nóvoa (1998) a escola é, talvez, o lugar onde se concentra, hoje em dia, o maior número de profissionais qualificados, considerando isso um fato real, não seria então a escola, um lugar privilegiado para pensar soluções para os problemas que afligem os seus profissionais?

Alguns trabalhos acadêmicos têm tratado da necessidade das interrelações no espaço escolar. Eles enfatizam a necessidade do envolvimento afetivo, dos vínculos emocionais. Há um grande número de professores doentes por falta de serem considerados. O ambiente de trabalho necessita ser cuidado para não ser proliferador de mal-estar, de estresse, de esgotamento. A própria escola deve criar espaço e tempo para a troca de experiências. Os professores precisam ser atores criativos, construir conhecimentos, recriar realidades.

A união entre os professores levaria ao fortalecimento da classe, da educação, enfim, grandes transformações poderiam ser alcançadas. O professor ocuparia, assim, o seu lugar de intelectual transformador, atuando como sujeito de sua história (GIROUX, 1997). Os seus depoimentos trariam sua experiência, suas angústias, seus saberes, o que é de fundamental importância na constituição e no fortalecimento de sua identidade.

A história dos professores precisa ser contada, ouvida e interpretada. Deixemos para trás o tempo em que qualquer conversa entre os trabalhadores era considerada improdutivo, ou, muito pior, subversiva, passemos ao diálogo, que movimentam as ideias e as fazem germinar.

A luta dos trabalhadores

Na busca de compreender o desgaste na relação entre os trabalhadores da educação e o seu trabalho, passamos a conhecer um pouco da história dos trabalhadores no que se refere à luta por melhoria das condições de trabalho.

Segundo Dejours² (2003, p. 14-26), a história dos trabalhadores, não pode ser dissociada das lutas e reivindicações dos operários. Durante todo o século XIX, a palavra de ordem entre os operários foi 'a luta pela sobrevivência'. Nesse período do desenvolvimento do capitalismo industrial na Europa, alguns elementos foram marcantes na história dos trabalhadores: eles estavam condenados a salários muito baixos, tinham uma pesada carga horária (12, 14, 16 horas diárias), compartilhavam ambientes insalubres (sem higiene, iluminação e ventilação) e tinham uma fraca alimentação. Todo esse quadro desfavorável propiciava o esgotamento físico e até mesmo a morte de muitos operários. Nessa situação — o mais urgente era assegurar a subsistência — não havia condições ainda para se pensar em bem-estar.

² Cristophe Dejours nasceu em 1949 e vive em Paris. Autor de *A loucura do trabalho*, editado na França em 1980, tem contribuído na área da psicopatologia do trabalho.

No entanto, o movimento organizado dos operários foi garantindo algumas conquistas, e levou-os, a partir da Primeira Guerra Mundial, às reivindicações mais diversificadas, dentre elas, à proteção da saúde. Começavam os programas de proteção do corpo, isto é, proteção contra acidentes, doenças, intoxicações. O movimento operário tentava obter melhorias da relação saúde-trabalho. Mas é somente a partir da Segunda Guerra Mundial que a palavra de ordem passa a ser ‘a saúde do corpo’. As lutas operárias ocorridas em vários países denunciavam as condições de trabalho e conseguiram trazer novas esperanças com a institucionalização da Medicina do Trabalho, da Previdência Social, dos Comitês de Higiene e de Segurança.

A partir de então, intensificam as preocupações com as condições e a organização do trabalho. Quanto às condições de trabalho, são considerados os aspectos físicos, químicos e biológicos do ambiente de trabalho que refletem sobre o corpo físico do trabalhador. No que se refere à organização do trabalho, chama-se atenção para a divisão técnica e social do trabalho (hierarquia, controle, ritmo, estilo gerencial etc) que traz implicações sobre a saúde psíquica do trabalhador, causando-lhe sofrimento, doenças físicas e mentais.

Com o desenvolvimento desigual das forças produtivas, das ciências, das técnicas, das máquinas, do processo de trabalho, da organização e das condições de trabalho, eclodem as greves de operários, Inicia-se, então, uma nova luta (DEJOURS, 2003, p. 24), mais precisamente a partir de maio de 1968, data que marca o reconhecimento, por parte do patronato, da necessidade de levar em conta as reivindicações qualitativas da classe operária. A palavra de ordem dessa época: “abaixo a separação trabalho intelectual - trabalho manual” atacava diretamente a organização do trabalho.

Durante o século XIX, as lutas operárias reivindicaram o direito à sobrevivência, já que a vida dos trabalhadores estava condenada pela duração excessiva do trabalho. No século XX, mais precisamente a partir da Primeira Guerra Mundial até o ano de 1968, ocorreram as lutas pela reivindicação da saúde do corpo e começou a preocupação com a proteção do corpo do operário

que enfrentava pesadas cargas horárias em ritmo acelerado de trabalho. E após 1968, com a sofisticação das máquinas, ampliava-se a necessidade de carga intelectual, o que acabou preparando o terreno para as preocupações com a saúde mental do trabalhador (DEJOURS, 2003, p. 14-26).

O desgaste dos trabalhadores

Alguns pensadores, ao longo da história já constatavam que o trabalho pode provocar desgaste psíquico no trabalhador. No século XVIII, Adam Smith defendeu os ciclos de trabalho cada vez menores, tendo como argumento o controle do trabalhador sobre o processo de trabalho. No entanto, ele próprio conseguiu perceber o prejuízo das atividades repetitivas para a criatividade dos trabalhadores. Chegou até mesmo concluir que o homem se torna estúpido e ignorante ao perder o hábito de criar. Adam Smith (1974) nos apresenta as vantagens da divisão do trabalho: favorece a destreza dos trabalhadores, leva ao aumento da rapidez das operações efetuadas que, por sua vez, leva ao aumento da produção. Mas ao mesmo tempo, deixa transparecer a desvantagem da divisão do trabalho, no que se refere ao bloqueio da capacidade individual de compor o todo. Ao analisar o trabalho em uma indústria de alfinetes, Smith explicita esta questão:

Um trabalhador que não esteja habituado a esta indústria (que a divisão de trabalho transformou numa atividade específica), ou às máquinas nela usadas (para cuja invenção contribuiu provavelmente essa mesma divisão do trabalho), dificilmente poderá, dada a sua falta de conhecimentos, fazer um alfinete num dia, e certamente não conseguirá fazer vinte. (SMITH, 1974, p. 13)

Karl Marx, no século XIX, já argumentava que o trabalho pode causar mal-estar, quando, através dele e da sua divisão, se manifesta o processo de alienação. Uma vez que, quanto menor o ciclo de trabalho, menor é o controle do trabalhador e mais alienada é sua relação com o produto. O trabalhador só vê uma parte do produto que irá resultar após a conclusão do processo de

fabricação, vê somente a parte que está sob sua responsabilidade e que corresponde a uma pequena fração do todo. Na concepção de Marx, a alienação do operário se dá pelo fato da indústria não lhe permitir ser o que deveria ser em potencial. O trabalhador não se sente um ser completo, sente-se apenas uma parte de um todo, ele não chega a ser algo por inteiro, assim como o que ele produz não é um todo completo, é apenas uma parte do todo.

O homem na sociedade industrial é levado a renunciar a si mesmo, a abandonar a sua natureza de ser criativo, fica também desprovido de sentimentos e de desejos. Numa fábrica, o operário executa maquinalmente uma atividade que lhe é imposta, e não pode imprimir-lhe sua personalidade, seu toque pessoal. O trabalho industrial exige rigor na sequência das atividades, e também não permite nenhuma alteração no seu modo de execução. Assim, o produto não é concebido pelo operário, pois não carrega sua essência. Segundo Marx, o trabalho industrial aliena o operário,

consequentemente, ele não se realiza em seu trabalho mas nega-se a si mesmo, tem uma impressão de sofrimento em vez de bem-estar, não desenvolve livremente suas energias mentais e físicas mas fica fisicamente exaurido e mentalmente aviltado. O trabalhador, portanto só se sente à vontade quando de folga, ao passo que no trabalho se sente constrangido. (Manuscritos Econômicos e Filosóficos de 1844 de Karl Marx, in: FROMM, 1983, p. 53)

Freud, o pai da psicanálise, cuja existência data de 1856 a 1939, conseguiu vislumbrar no trabalho uma fonte de satisfação, caso o trabalho seguisse as inclinações e os impulsos instintivos do trabalhador: “Obtém-se o máximo quando se consegue intensificar suficientemente a produção de prazer a partir das fontes do trabalho psíquico e intelectual. [...] A atividade profissional constitui fonte de satisfação especial, se for livremente escolhida...” (FREUD, 1996, p. 87 e 88). Infelizmente, na estrutura capitalista de produção, na maioria das vezes, o indivíduo executa uma atividade profissional que não condiz com sua natureza,

que lhe exige muito e não atende às suas aspirações básicas. O resultado da somatória desses fatores é um trabalhador com poucas chances de realizar-se, de satisfazer-se pelo trabalho.

Freud observou que “a grande maioria das pessoas só trabalha sob a pressão da necessidade, e essa natural aversão humana ao trabalho, suscita problemas sociais extremamente difíceis.” (FREUD, 1996, p. 88). Em acréscimo a esse pensamento encontramos na visão reichiana a alegação de que, quando o trabalho contraria a natureza do trabalhador, este passa a executar o trabalho com movimentos desarmoniosos, sem ritmo, e assim sua atividade profissional se torna penosa e o desprazer se manifesta.

O prazer favorece qualquer atividade, dá ânimo e vigor a quem executa a ação, por isso quando o trabalho é prazeroso, ele não desgasta o trabalhador: “o trabalho e a sexualidade servem-se da mesma fonte de energia biológica”. Quando a pessoa se identifica com o trabalho, isto é, quando há uma combinação da atividade com o modo de ser da pessoa, tudo flui de forma favorável e as energias são repostas naturalmente: “a relação do homem com o seu trabalho, se este lhe traz prazer, é uma relação libidinal”. (REICH, 1988).

O trabalho, muitas vezes, tem sido uma atividade de desprazer porque não tem respeitado as necessidades vitais do trabalhador. A organização do trabalho no capitalismo preocupa-se com o lucro, com a produtividade, com o mercado, e muitas vezes, exige além das forças do trabalhador. Se o indivíduo estivesse acostumado a uma cultura em que ele próprio gerenciasse a sua produtividade, e estivesse entregue à sua autodisciplina, sem imposições externas, o patamar exigido de produção poderia ser alcançado sem sofrimento. Mas, em consequência de milênios de distorção cultural, o homem tornou-se bio-psicologicamente incapaz de viver a liberdade nascida na gestão de si mesmo.

Há uma história de dominação escrita ao longo dos séculos da civilização, que foi criando uma cultura de poder exercida por uma minoria sobre as massas humanas:

O aumento do poder é a história da civilização. A civilização e a cultura começaram com a domesticação de animais e o desenvolvimento da agricultura, isto é, com a produção de riqueza. O primeiro e verdadeiro poder enfeixava-se nas mãos de um chefe e se baseava no seu controle sobre os excedentes de alimentos armazenados em seu domínio. Através desse controle poderia exercer o comando sobre seus subordinados, que então dariam seus esforços em troca da segurança que ele oferecia. O poder gradualmente foi crescendo na medida em que o homem aprendeu a utilizar as forças naturais e a dirigir suas energias para os fins desejados. Cresceu na proporção em que as tribos iam se transformando em estados e estes unidos, em nações. Aumentou ainda com a máquina a vapor e com a extração da energia em potencial do carvão então, a passos rápidos, vieram o motor de combustão interna, a eletricidade e energia nuclear. (LOWEN, 1984, p. 85)

Enquanto o prazer origina o fluxo livre de energia, o poder se caracteriza pelo controle de energia. São, portanto, antagônicos. O poder controla e dirige. O prazer deixa fluir, é um estado de harmonia com o ambiente natural.

Numa sociedade capitalista, em troca do salário, os trabalhadores executam as atividades que lhe são impostas, sem respeitar suas necessidades biológicas. O corpo do trabalhador muitas vezes é exigido além de suas forças. Reich (1988) constatou que o homem exposto a um processo de repreensões e submissões freia suas pulsões naturais, e se torna vítima do encouraçamento enquanto defesa, e assim não consegue mais se conectar consigo mesmo e muito menos com o outro. Em nome de regras ditadas pela sociedade reprimida e repressora, o homem é obrigado a viver sob pressão, contendo seus instintos naturais.

Há muitas pessoas em nossa sociedade que são estruturalmente rígidas em relação às propostas de um funcionamento mais vivo e menos repressor, pessoas que se tornam muitas vezes fortemente agressivas, opondo-se com rigor a qualquer manifestação de prazer. A esse mecanismo Reich deu o nome de Peste Emocional, já que ela se manifesta no meio social e se espalha como uma epidemia. A peste emocional revela um

comportamento patológico irracional baseado no ódio ao vivo que se espalha pelo tecido social tomando a forma da discriminação, do preconceito, da intolerância. É condenável na medida em que é eticamente inaceitável, mas do ponto de vista da patologia esse comportamento precisa ser compreendido para que possamos lidar com ele. A visão da peste como doença é fundamental, pois “se não considerássemos a peste emocional como uma doença no sentido estrito da palavra, correríamos o risco de mobilizar a polícia contra ela, em vez da medicina e da educação.” (REICH, 2001, p. 462).

O indivíduo acometido pela peste perde o contato natural com sua essência, pois ao criar uma couraça que lhe protege contra o mundo que lhe parece ameaçador, vê-se também separado de qualquer manifestação de prazer. Podemos definir “a peste emocional como um comportamento humano que, com base numa estrutura de caráter biopática, age de maneira organizada ou típica em relações interpessoais, isto é, sociais e em instituições” (REICH, 2001, p. 464). Assim, a boa convivência no ambiente de trabalho é prejudicada, pois o sentimento coletivo de solidariedade deixa de existir, dando espaço às denúncias daqueles trabalhadores que se sentem mais sobrecarregados. O perigo da peste emocional reside em seu alto poder de contágio: “a peste emocional castiga como uma endemia.” Ela tem uma imensa capacidade de fazer vítimas: “ninguém está isento total ou permanentemente da peste emocional, ela está inscrita em nossas estruturas.” (DADOUN, 1991, p. 338)

O ser humano “empesteado” é contraditório e frustrado, ele se apresenta sob uma capa de moral repressiva, rígida e sádica, ao mesmo tempo, ele se converte em eco dos desejos obscuros da liberação sexual. Passa a ser intolerante às mais simples manifestações de amor entre as crianças, os jovens e os adultos, punido aqueles que lhes parecem pervertidos e quando não pune, defama ou delata.

O educador acometido pela peste emocional irá alegar que as crianças são difíceis de educar e por isso seus métodos devem ser severos e autoritários, usará toda espécie de argumentos superficiais para apoiar sua convicção de que age pelo bem da criança. (VOLPI; VOLPI, 2002b, p. 109).

A ideia de que o trabalho é sempre desgastante e tem levado o trabalhador a enfrentar problemas de saúde. A relação entre saúde e organização do processo de trabalho é um tema bastante amplo, vem sendo estudado através de perspectivas teóricas diversas e tem sido alvo de pesquisas acadêmicas de várias áreas do conhecimento. Tem aumentado nos últimos anos o número de estudos tratando do estresse ocupacional. O estresse ocupacional é um termo que designa as relações de estresse que têm lugar no contexto das ocupações profissionais. Quando as exigências do trabalho são maiores do que a capacidade de resposta do trabalhador, elas geram um desequilíbrio, um desajustamento entre o profissional e o seu ambiente de trabalho.

Apesar de todos os esforços empreendidos, ou seja, das estratégias que alguns indivíduos utilizam para lidar com o estresse, este pode lhes parecer incontrolável. Alguns trabalhadores, inclusive, “reagem ao estresse laboral trabalhando ainda mais até que entram em colapso.” (CODD; VASQUES-MENEZES, 2002, p. 241)

Ultimamente, o ser humano tem imprimido um ritmo alucinante à sua vida, tem se sobrecarregado de trabalho, de exigências excessivas maiores do que pode assumir, e isso o tem levado ao estresse. Além disso, a força do sistema econômico vem formando uma sociedade altamente consumista. A rapidez com que o mercado cria e lança novos produtos gera um movimento de consumo compulsivo. Vivemos a era do descartável, aparelhos eletrônicos ganham a cada dia novas funções, colocando os que foram lançados anteriormente na lata de lixo. As inovações chegam a todo instante.

Os indivíduos da atual sociedade capitalista estão sendo manipulados pela mídia a consumir cada vez mais, vêm sendo submetidos ao poder do mercado que cria necessidades desnecessárias. “Utilizam recipientes de alumínio ou de plástico, bebem cerveja ou Coca-cola. Dormem sobre restos recuperados de espuma de polietileno e usam camisetas com estampas americanas” (MORIN, 2002, p. 68). As frustrações do ser humano passam para a esfera do consumo, de forma subjetiva: começa um jogo de sedução, cujo árbitro são as indústrias. Para não perder

o jogo do qual faz parte, o indivíduo dobra turno, quando isso é possível, quando não, procura, em seu horário de descanso, outra atividade rentável.

Outro agravante são as transformações no mundo do trabalho marcadas pelos novos estilos de gestão organizacional. Cargos com atribuições mais variadas e mais complexas, com mais responsabilidades e maior atenção à relação do trabalhador com o usuário, demandam novas exigências na execução das tarefas, maior qualificação e novas competências do trabalhador. À medida que se focaliza a relação com o usuário e novas competências do trabalhador, a tendência é necessitar da criatividade, da capacidade reflexiva do próprio trabalhador, de seu efetivo envolvimento. Este trabalhador, para atender às exigências que lhe são impostas pela gestão organizacional, deverá portar um conjunto de competências, e isso lhe demandará um esforço, muitas vezes superior àquele de que ele dispõe. Esse esforço além da sua capacidade, em muitos casos, tem lhes rendido muito sacrifício.

No Brasil, a partir dos anos 1990, com a abrupta abertura do mercado brasileiro, e com a propagação da micro-informática, a maioria das gestões administrativas passa a considerar custo, produtividade, qualidade e competitividade. Desde então, o trabalhador sofre com os vários tipos de pressão: da necessidade de redução de custo, maior qualidade, produtividade e competitividade. Cresce também o risco de desemprego, pois se o mercado não corresponde às expectativas da gestão capitalista, o primeiro a ser sacrificado, normalmente, é o trabalhador, com a redução de horas de trabalho ou demissões. Tudo isso gera novas incertezas que, somadas, irão contribuir para o desequilíbrio do trabalhador.

A legislação brasileira já prevê algumas doenças ocupacionais, mas o patronato tem resistência em aceitá-las. Alguns trabalhadores, com medo de perseguições pela chefia e da possibilidade de desemprego, preferem esconder o seu sofrimento proveniente do desgaste no trabalho; e procuram manter uma aparente normalidade, criando com essa atitude, uma série de dificuldades para si mesmos; e assim, passam a vivenciar crises

emocionais e até mesmos problemas de ordem psicossomática. Quando o trabalhador já não consegue mais esconder o seu desgaste, a empresa prefere afastá-lo do serviço em vez de investir em medidas de tratamento. Os patrões, normalmente têm uma tendência a querer provar que as doenças ocupacionais possuem origem externa, tais como: hereditariedade, vida familiar estressante, etc. “Quanto mais rígida for a organização do trabalho, menos ela facilitará estruturas favoráveis à economia psicossomática individual.” (DEJOURS, 2003, p. 128)

Pelo fato inquestionável de que os trabalhadores correm o risco do desemprego quando adoecem, eles ficam, pelo menos em teoria, proibidos de adoecerem. Muitos que se afastam do trabalho por motivo de doença, acarretando uma sobrecarga de trabalho para os colegas que permanecem, já que o quadro de funcionário está cada vez mais reduzido, em decorrência das tentativas de contenções de despesas. Nesta política de contenções, que visa lucros e não considera o bem-estar dos funcionários, aqueles que não são bons de produtividade devem ser descartados. A nossa sociedade capitalista conduz o trabalhador para o enfrentamento de dificuldades em sua saúde.

Na maioria dos países, a pressão exercida pelas novas tecnologias que surgem a todo instante, e ocupam os mais diferentes espaços, têm trazido tensão, insatisfação e ansiedade aos trabalhadores do século XXI. As máquinas já conseguem libertar o trabalhador do trabalho excessivo, mas por outro lado, os trabalhadores enfrentam a crise do desemprego, quando não perdem seus postos para outros trabalhadores mais eficientes, perdem para a tecnologia avançada: substituídos por máquinas mais produtivas.

Vivemos, hoje, uma época análoga à da Revolução Industrial. A Revolução Industrial consistiu na substituição da força humana e animal por forças mecânicas, aplicadas a qualquer gênero de produção. A informatização opera, hoje, transformação semelhante nos modos de produzir e de prestar serviços. As conseqüências são muito semelhantes, a despeito dos duzentos anos que separam um evento do outro. [...] A incipiente Revolução Informacional

deixa suas cicatrizes sobre os corpos (LER, Dort), as mentes e o emocional (Stress, Burnout) dos trabalhadores, onde quer que o trabalho tenha passado por processos de reestruturação produtiva e organizacional (ROSSO apud CARVALHO, O., 2003, p.8).

Se pudéssemos retroceder às fábricas do século XIX, encontraríamos os operários sendo tratados como peças de máquinas, sujeitos a serem substituídos, caso não estivessem integrados à engrenagem do trabalho. Desses operários exigia-se um esforço maior do que eles eram capazes de oferecer. Hoje, estamos observando fenômeno semelhante, o local de trabalho é uma grande máquina que precisa estar engrenada e funcionando num ritmo alucinante, e aqueles trabalhadores que causarem algum empecilho nesta movimentação, isto é, se não estiverem bem engrenados, serão automaticamente substituídos.

Atualmente, o desgaste físico e emocional cresce nos ambientes de trabalho. Mas, para que as empresas venham a fazer algo a esse respeito, será necessária a tradução econômica do fato para mostrar o quanto o desgaste físico e emocional pode vir a ser dispendioso:

Nos locais de trabalho da época atual, os valores econômicos são a principal força motriz: tudo mais é secundário. Embora essa ênfase nos valores econômicos afete as pessoas, as preocupações humanas não são diretamente levadas em consideração, a menos que tenham conseqüências econômicas. Nenhuma atenção será dada a conflitos no trabalho, ao excesso de trabalho ou a outros pontos de desequilíbrio entre indivíduo e trabalho até que seja entendido seu vínculo com custos crescentes ou com lucros decrescentes (MASLACH; LEITER, 1999, p. 173).

A filosofia de administração das empresas anseia cada vez mais por ganhos monetários, e assim exige de seus empregados que sacrifiquem suas vidas pelo bem das empresas. Os resultados precisam ser alcançados a custo de qualquer sacrifício. Na maioria das vezes, o trabalhador sonha com uma profissão satisfatória e prazerosa, mas na mesma proporção dessa ilusão, o que ele

encontra na realidade, é trabalho desprovido de significação, o que passa a ser uma forte ameaça à sua integridade física e psíquica. Adaptar-se às exigências desse novo mundo tecnológico, monetário e desprovido de sentimentos, custa um alto preço ao ser humano. O excesso de trabalho, a falta de controle sobre o próprio trabalho, a falta de recompensa, geram um desequilíbrio entre o emprego e o indivíduo, levam a problemas de ordem psicológica e física. Alguns trabalhadores estressam. O local de trabalho é um terreno fértil para a ocorrência de estresse.

O estresse pode ser um dos fatores de risco para a vida e para a qualidade de vida do indivíduo, no entanto, por mais estranho que pareça, o estresse sob controle tem suas vantagens:

A pessoa estressada não se sente bem, não consegue produzir de acordo com seu potencial, não interage com as pessoas ao seu redor como gostaria, não ama com liberdade necessária, não tem toda a motivação necessária para alcançar metas difíceis, corre um grande risco de adoecer e pode morrer antes da hora. No entanto, se a pessoa aprende a lidar com seu stress, este pode ser útil, pois em doses pequenas ele dá energia, vigor, coragem, força, vontade de fazer coisas novas, aumenta a produtividade e melhora a qualidade de vida do ser humano. O segredo está em dominar o stress e não ficar sob o seu comando (LIPP; NOVAES, 2000, p. 9).

Ainda, considerando o estudo desenvolvido por Lipp e Novaes, é a reação do estresse que preserva a vida, que faz o indivíduo fugir frente ao perigo. O ser humano nasce com a condição básica de lutar ou fugir do perigo. O grande problema está no fato de que nem sempre dá para fugir. Mas o corpo humano, em qualquer situação de estresse, se prepara da mesma forma para a fuga, e se ela não acontece, o que fazer dessa energia gerada pelo estresse? Se a pessoa não encontra meios de liberá-la, ela fica perdida, circulando pelo seu corpo e pode lhe trazer problemas de saúde. Então, o problema não está no estresse, mas sim no grau em que ele se manifesta e na falta de habilidade do indivíduo para enfrentá-lo.

Quanto mais responsável o indivíduo, maior a chance de estresse. Embora o estresse não tenha relação com incompetência, ele leva a pessoa a se sentir incompetente, pois ela passa a experimentar fragilidade, dúvidas, mal-estar generalizado e sente-se menos capaz de enfrentar os desafios.

De modo algum o stress pode ser ligado à incompetência, muito pelo contrário, pode-se até dizer que mais freqüentemente, o stress é o mal dos competentes, pois a tendência de quem é competente é tentar aceitar um pouco mais de trabalho, é assumir mais responsabilidades, mais afazeres, maiores obrigações (LIPP; NOVAES, 2000, p. 23).

O estresse surge quando a quantidade de exigências e de tensões é excessiva para a resistência da pessoa. A toda nova situação que exige uma adaptação, ou nos momentos de tensão, o ser humano é levado a usar a sua reserva de energia, e se estiver constantemente enfrentando novos desafios, a sua reserva pode se tornar insuficiente.

Pessoas que não admitem mudanças ou pressões têm mais chance de se estressarem, pois há uma predisposição interna que não combina com o que a condição externa requer. Pessoas ansiosas também são mais vulneráveis ao estresse. Pelo fato do mundo lhes parecer ameaçador, elas alimentam pensamentos inadequados, que chegam a gerar reações físicas: mãos frias, sudorese, aperto no estômago.

O excesso de trabalho decorrente da carga de trabalho exige do trabalhador maior agilidade e domínio tecnológico, e isso pode gerar nos trabalhadores crises de nervos que atingem, como uma doença contagiosa, toda uma seção de trabalho. Mas não podemos deixar de mencionar outro aspecto dessa mesma questão, que diz respeito à resistência pessoal.

Existem pessoas que se estressam devido ao excesso de trabalho, mas outras não. Há pessoas que se estressam devido a uma quantidade bem pequena de tarefas, de modo que não é a sobrecarga de trabalho em si que vai determinar a ocorrência de stress, mas a resistência de cada um a essa sobrecarga (LIPP, 2002, p. 30).

Ultimamente, em algumas empresas, já é possível presenciar a redução do tempo de trabalho devido ao desenvolvimento tecnológico. Essa redução do tempo de trabalho poderia gerar aos trabalhadores, mais tempo livre, a ser utilizado para criatividade, diversão, enfim liberdade para fazer qualquer outra coisa. Mas, o que temos visto não é nada animador, a redução da jornada de trabalho gerou tempo livre sim, mas, ao contrário, do que se esperava, tem gerado tempo de não-trabalho para muitos que perdem seus empregos. (CARVALHO, O., 2003, p. 16)

Pelo fato do trabalho ocupar um espaço fundamental na vida das pessoas, ele é capaz de moldar a sua vida, de atribuir-lhe identidade. A vida do indivíduo é altamente influenciada pela atividade que exerce. O trabalho satisfatório proporciona prazer, alegria e sobretudo, saúde ao trabalhador. Mas quando o trabalho é desprovido de significado para o trabalhador, ele passa a ser uma fonte de ameaça à sua integridade física e/ ou psíquica e acaba por causar-lhe sofrimento. Mas, ainda pior do que o trabalho desgastante é o desemprego. O desempregado perde sua identidade, e perde muitas vezes, a razão de viver.

As tensões e as contradições na educação

O esforço do professor, às vezes, não chega a ser reconhecido. Essa falta de reconhecimento tem levado muitos professores ao desânimo. Conforme as pesquisas de Codo (2002), Esteve (1999) e Mota-Cardoso (2002), o professor quando esgotado, recorre ao corte de sua implicação pessoal no trabalho, minimizando sua atuação e seu esforço.

Na contramão desse fluxo, vem a cobrança, e ultimamente, são cada vez maiores as exigências da sociedade em relação ao ensino. Espera-se da escola uma formação para a cidadania que desenvolva nos alunos, a capacidade para pensar soluções para os problemas sociais, econômicos e políticos. A escola está carregando várias funções, por exemplo, funções que antes eram atribuídas à família e à sociedade têm sido “largadas” nas mãos da escola, que, muito precariamente, tem dado conta de suas próprias atribuições relacionadas ao ensino.

A fragmentação do trabalho docente também age como fonte estressora. O professor precisa conviver com as várias disciplinas escolares que fragmentam o conhecimento sobre determinado assunto, ou ainda dentro da mesma disciplina, o conteúdo é fragmentado de acordo com os níveis de ensino. Quanto aos horários, as aulas são fragmentadas, normalmente em sessões de 50 minutos. Até mesmo o espaço de trabalho é fragmentado quando os professores precisam “saltar” de sala em sala e, de uma escola para outra (algumas vezes os professores, no mesmo dia, saem de um estabelecimento escolar e vão para outro, localizado em outro bairro ou até mesmo em outro município). Os grupos de alunos com os quais o professor se relaciona são heterogêneos, e o professor terá que se adequar a cada realidade, respeitando sua linguagem, sua faixa etária, sua cultura, sua situação sócio-econômica, etc. Por essas razões consideramos a atividade docente fragmentada. E essa fragmentação contribui para o desgaste físico e psicológico do educador.

Para superar essa fragmentação, o professor precisa ter um olhar abrangente sobre o mundo que o rodeia, precisa conhecer as diferentes realidades de seus alunos, ter noções das demandas de relacionamento interpessoal, ter disponibilidade para integrar-se com os colegas de outras disciplinas e para conhecer sobre assuntos que ainda não domina, enfim, precisa estar aberto para novos contatos e novos conhecimentos. Isso demanda muita energia, e pode levar também a um desgaste físico e psicológico.

Outro aspecto que contribui para o aumento desse desgaste está no fato de que o trabalho do professor, para atingir seus objetivos, requer vínculos afetivos. O professor se propõe a ensinar e os alunos a aprender, e assim uma corrente de elos de afetividade vai se formando. Se nessa relação, onde o professor cuida de seus alunos, não se formam os elos de afetividade, o sucesso desse trabalho está comprometido:

...o cuidado é uma relação entre dois seres cuja ação de um resulta no bem-estar do outro. [...] Na medida em que cuida de outrem, o cuidador se transforma, na mesma medida em que transfere para o outro, parte de si e vê neste o seu trabalho realizado. [...] Para

que o professor desempenhe seu trabalho de forma a atingir seus objetivos, o estabelecimento do vínculo afetivo é praticamente obrigatório (CODO; GAZOTTI, 2002, p. 53-55).

Os elos de afetividade que vão sendo criados entre o professor e seus alunos propiciam uma relação de prazer, que leva à criatividade, à comunicação, à interação. A aprendizagem dos alunos flui naturalmente se, entre eles e o professor, não existirem barreiras que possam dificultar o processo educativo. Quando o professor e os alunos estão comprometidos totalmente com a aprendizagem, ela se dá de forma prazerosa, sem sacrifícios, sem desgaste, de ambas as partes. Do professor espera-se criatividade, conhecimento e sensibilidade. Do aluno espera-se vontade e disposição. Quando os alunos têm a felicidade de encontrar educadores com essas qualidades que por sua vez encontram alunos também com as qualidades esperadas, a aprendizagem acontece de forma prazerosa: “O prazer se origina no fluxo livre de sensações e de energias dentro do corpo, e entre o corpo e seu meio.” (LOWEN, 1984, p. 85).

Percebemos o quanto o trabalho do professor requer um vínculo afetivo, mas por outro lado, a forma de organização do trabalho não permite que o círculo afetivo se complete: “esta contradição entre dever versus não poder completar o vínculo afetivo com o aluno pode criar no profissional um conflito de sentimento que, na maioria das vezes nem é percebido como tal” (CODO; GAZOTTI, 2002, p. 57). Se essa energia afetiva que mencionamos não pode ser dirigida ao seu destino e fica acumulada por muito tempo, haverá um momento em que o professor se assemelhará a uma panela de pressão, pronta a explodir. Já que não é possível investir no aluno com o afeto desejado, essa energia muda de direção e volta para o próprio corpo do trabalhador, trazendo conseqüências bastante negativas para os nossos educadores:

é um sofrimento mudo, invisível por se passar em nível psicológico, o próprio indivíduo não se dá conta. É que a energia afetiva que não encontrou formas de ter vazão, quando retorna para a sua origem, inverte sua polaridade. Isso significa que, de afeto, de energia construtiva, passa a ser negativa, destrutiva, nesse caminho de volta. O resultado é o indivíduo agredindo a si mesmo. Os sintomas deste sofrimento podem ser notados a todo o momento, seja através de dores de cabeça, dor nas costas, perda de voz, cansaço, irritabilidade, dificuldade em estabelecer relações afetivas mais profundas. (CODO; GAZZOTTI, 2002, p. 59).

Autores contemporâneos que investigam a problemática educacional tendo em vista a formação do professor, como Antônio Nóvoa (1992) e Maurice Tardif (2002), concordam em assinalar que, nos últimos anos, têm aumentado a responsabilidade e as exigências que se projetam sobre os educadores. Vive-se atualmente um processo histórico de acelerada transformação do contexto social, onde a necessária modificação do papel do professor tem sido uma fonte importante de mal-estar para muitos deles.

Antônio Nóvoa acredita que a formação pode estimular o desenvolvimento profissional dos professores, mas adverte que os problemas da prática profissional docente não são meramente instrumentais. “As situações que os professores são obrigados a enfrentar (e a resolver) apresentam características únicas e, portanto exigem respostas únicas” (NÓVOA, 1992, p. 27). Não dá para prever todas as situações possíveis que ocorrem durante o ofício do professor. Portanto, é impossível formar um professor com todas as competências que a profissão docente lhe requer.

A atual década, segundo Tardif (2002), tem sido marcada por tensões e até mesmo por contradições entre as diversas concepções do saber dos professores e, de maneira mais ampla, de sua função tanto na escola quanto na sociedade. O cenário da educação, indiferente ao espaço geográfico que toma assento, apresenta-se em crise e, portanto, está suscetível a ideias que aparentemente são portadoras de soluções. Muitas vezes, essas ideias se espalham sob o efeito da moda.

Em pedagogia, a moda significa quase sempre... a vontade de mudar para que tudo fique na mesma! Ora, neste mundo marcado pela velocidade das comunicações e da disseminação das idéias, neste mundo invadido por uma inflação tecnológica sem precedentes, é preciso que os professores aprendam a cultivar um cepticismo saudável, um cepticismo que não é feito de descrença ou de desencanto, mas antes de uma vigilância crítica em relação a tudo quanto lhes é sugerido ou proposto. A inovação só tem sentido se passar por dentro de cada um, se for objeto de um processo de reflexão e de apropriação pessoal. (NÓVOA, 1992, p. 30).

As exigências crescentes impostas aos trabalhadores da educação pela sociedade têm colocado a formação dos educadores e o papel social da educação e das escolas em evidência. Não se sabe como preparar hoje os educadores, não se sabe qual seria o papel da educação e da instituição escolar. Não há mais certezas, apenas dúvidas. As dúvidas sobre a competência profissional dos educadores têm lhes rendido um enorme sofrimento psíquico. A crise de identidade do educador passa pela insegurança a respeito do que se deve saber e ensinar e de como se deve ensinar.

Os educadores enfrentam a realidade da defasagem que há entre o trabalho como deve ser e a realidade do trabalho. Estão se sentindo frustrados, por não corresponderem às exigências que lhes são dirigidas, mas por outro lado, se soubessem administrar essa dificuldade abrindo espaço para discussões coletivas com seus pares, grande parte de seus problemas relacionados estaria solucionada.

Nas últimas décadas, a crescente modernização do mundo do trabalho tem exigido das pessoas o desenvolvimento de habilidades, tais como análise, síntese, estabelecimento de relações, rapidez de respostas e criatividade em face de situações desconhecidas. Passa-se, portanto a demandar uma educação de novo tipo e, portanto, outro perfil de educador. O educador que está sendo requisitado tem que ser capaz de compreender as mudanças ocorridas no mundo do trabalho. Ou seja, precisa compreender historicamente os processos de formação humana em suas articulações com a vida social e produtiva, de modo a ser capaz de produzir conhecimento em educação.

O professor precisará adquirir a necessária competência para selecionar conteúdos e organizar situações de aprendizagem. Para isto, ao professor, não basta conhecer o conteúdo específico de sua área; ele deverá ser capaz de transpô-lo para situações educativas, e assim deverá conhecer como se dá a aprendizagem e quais os procedimentos metodológicos próprios a cada conteúdo. Evidencia-se, desde logo, a demanda de formação de nível superior, mas já não basta a graduação para a formação de professores, os cursos de pós-graduação passam a ser requisitados cada vez mais em face da complexidade da ação docente.

Portanto, os professores se encontram ante o desconcerto e as dificuldades de demandas mutantes e a contínua crítica social por não chegar a atender essas novas exigências. [...] Adequar a formação dos professores às novas exigências do ensino e revalorizar a imagem social da profissão docente são hoje medidas urgentes com as quais os professores e a administração do ensino já começam a se preocupar (ESTEVEZ, 1999, p. 13-14).

A profissão de professor é louvável e merece respeito e consideração, mas hoje o professor é desvalorizado no próprio universo acadêmico, na mídia e na sociedade em geral; ser professor é uma das profissões mais estressantes na atualidade. (MELEIRO, 2002, p. 15).

São muitas as exigências, mas são poucos os incentivos e o reconhecimento de tamanho esforço do professor. A escola oferece ao trabalhador da educação, além de responsabilidades e exigências: salário baixo, condições precárias de trabalho, falta de flexibilidade na administração de recursos, diminuta perspectiva de progressão na carreira e ausência de reconhecimento. Mas, ao lado de tantos problemas, encontramos no trabalho do professor, a possibilidade de expressão da sua criatividade, de seu crescimento pessoal e profissional; sensação de ser “dono” do processo, responsável pelos resultados e importante para aqueles que atende no seu exercício profissional. Esse controle dá ao trabalhador a dimensão da responsabilidade que está em suas mãos, mas também o prazer de se sentir importante para o outro:

os professores gostam daquilo que fazem, sentem-se realizados com os resultados que produzem, conseguem sentir prazer pelo desenvolvimento do seu trabalho. A satisfação que o trabalho proporciona associada ao sentimento de que seu trabalho tem um produto e à realização pessoal através do trabalho é que estão mantendo esta atitude de comprometimento do professor com a organização da qual faz parte (SORATTO; OLIVIER-HECKLER, 2002, p. 105).

E mesmo o trabalho que motiva e gratifica, quando realizado com afinco, exige esforço, capacidade de concentração e de raciocínio, favorecendo o desgaste físico e/ou mental. A organização do trabalho, como se dá, muitas vezes, pressiona o indivíduo, levando-o a estados de desgaste. Dentre as consequências dessa pressão, encontram-se a fadiga, os distúrbios do sono, o alcoolismo, o estresse e a síndrome de burnout.

Referências bibliográficas

BATISTA, A.S.; ODELIUS, C.C. Infra-estrutura das escolas públicas; in: CODO, Wanderley (Coord.). - *Burnout, a síndrome da desistência do educador*. 3. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2002 (p. 161-173).

BATISTA, A.S.; ODELIUS, C.C. Gestão democrática nas escolas e *burnout* nos professores; in: CODO, Wanderley (Coord.). *Educação: carinho e trabalho* - Burnout, a síndrome da desistência do educador. 3. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2002 (p. 333-337).

BATISTA, A.S.; EL-MOOR, P.D. Violência e agressão; in: CODO, Wanderley (Coord.). *Educação: carinho e trabalho* - Burnout, a síndrome da desistência do educador. 3. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2002 (p. 139-160).

BENEVIDES-PEREIRA, A.M.T. O Estado da Arte do Burnout no Brasil; in: *Revista Eletrônica interação Psy* – Ano 1, ago 2003, p. 4-11. Disponível em: <www.depi.uem.br-interacao-numero1-pdf-artigos-artigo1.pdf> Acesso em: 12 mai 2004

CARVALHO, Olgamir F. de. *Educação e formação profissional: trabalho e tempo livre*. Brasília: Plano Editora, 2003.

CODO, Wanderley (Coord.). *Educação: carinho e trabalho - Burnout, a síndrome da desistência do educador*. 3. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

CODO, Wanderley; GAZZOTTI, Andréa A. Trabalho e afetividade; in: CODO, Wanderley (Coord.). *Educação: carinho e trabalho - Burnout, a síndrome da desistência do educador*. 3. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2002 (p. 48-59).

CODO, Wanderley; VASQUES-MENEZES, Iône. O que é *burnout*? in: CODO, Wanderley (Coord.). *Educação: carinho e trabalho - Burnout, a síndrome da desistência do educador*. 3. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2002 (p. 237-254).

DADOUN, Roger. *Cem flores para Wilhelm Reich*. Trad. Rubens e.f.Frias. São Paulo: Ed. Moraes, 1991.

DEJOURS, C. Por um novo conceito de saúde. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, v. 14: 7-11, n. 54, abr., maio e jun. 1986.

_____. *A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho*. 5 ed. 8ª impressão São Paulo: Cortez-Oboré, 2003.

ESTEVE, José M. *O mal-estar docente: a sala-de-aula e a saúde dos professores*. Trad. Durley de C. Cavicchia. Bauru, São Paulo: EDUSC, 1999.

FERENHOF, I. A.; FERENHOF, E. A. Burnot em professores. *Eccos Revista Científica – Avaliação e Mudanças*, v. 4, n. 1, p. 131-151, 2002.

FRANÇA, H. H. (1987). *A Síndrome de Burnout*. *Revista Brasileira de Medicina*, 44, 8, 197-199.

FREUD, Sigmund. O mal-estar na civilização; in: FREUD, Sigmund. *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud*: edição standart brasileira. (vol. XXI). Rio de Janeiro: Imago, 1996

FREUDENBERGER, H.J. *Staff Burn-Out*. Journal of Social Issues, 30(1), p. 159-165, 1974

FROMM, Erich. *Conceito marxista do homem*. Com uma tradução dos manuscritos econômicos e filosóficos de 1844 de Karl Marx. 8 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

GIROUX, Henry A. *Os professores como intelectuais: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem*. Trad. Daniel Bueno. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

LIPP, M.N.; NOVAES, L.E. *O stress*. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2000.

LIPP, Marilda Novaes (org.) *O stress do professor*. Campinas, SP: Papyrus, 2002.

LOWEN, A. *Prazer: uma abordagem criativa de viver*. Trad. Ibanez de Carvalho Filho. São Paulo, Summus, 1984.

MASLACH, C. & JACKSON, S. E. The measurement of experienced burnout. *Journal of Occupational Behavior*, 2, p. 99-113. 1981

MASLACH, Christina; LEITER, Michael P. *Trabalho: fonte de prazer ou desgaste?* Guia para vencer o estresse na empresa. Trad. Mônica Saddy Martins. Campinas, São Paulo: Papyrus, 1999.

MELEIRO, Alexandrina M.A.S. O stress do professor; in: LIPP, Marilda Novaes (org.) *O stress do professor*. Campinas, São Paulo: Papyrus, 2002.

MORIN, Edgar. *Para sair do século XX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

_____. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. Trad. Catarina E. F. da Silva e Jeanne Sawaya. 6 ed. São Paulo: Cortez; Brasília, Distrito Federal: UNESCO, 2002.

MOTA, Maria Veranilda Soares. *Princípios reichianos fundamentais para a educação: base para a formação do professor*. Piracicaba- São Paulo, 1999. Tese (doutorado)

MOTA-CARDOSO et al. *O stress nos professores portugueses - Estudo IPSSO 2000*. Porto - Portugal: Porto Editora, 2002. (Coleção Mundo de Saberes 31)

NÓVOA, António. Formação de professores e profissão docente, in: NÓVOA, A. (coord.) *Os professores e a sua formação*. Lisboa: Dom Quixote, 1992.

PEREIRA, Valéria R.Teixeira. A síndrome de *burnout* e a concepção reichiana de saúde do educador. In: VOLPI, J. H.; VOLPI, S. M. (Org.) *Psicologia Corporal*. Curitiba: Centro Reichiano, 2003. (Coleção Psicologia Corporal, v.3)

REICH, Wilhelm (1933) *Psicologia de Massa do Fascismo*. Trad. Maria da Graça M. Macedo. 2ª ed. São Paulo, Martins Fontes, 1988.

_____. (1949) *Análise do caráter*. Trad. Ricardo Amaral do Rego. 3 ed. 2ª tiragem. São Paulo, Martins Fontes, 2001.

REINHOLD, Helga H. O burnout; in: LIPP, Marilda Novaes (org.) *O stress do professor*. Campinas, São Paulo: Papirus, 2002.

SMITH, Adam. *Investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das nações*. Trad. Conceição J. M. C. C. e Eduardo L. Nogueira. São Paulo: Abril S.A. Cultural e Industrial, 1974.

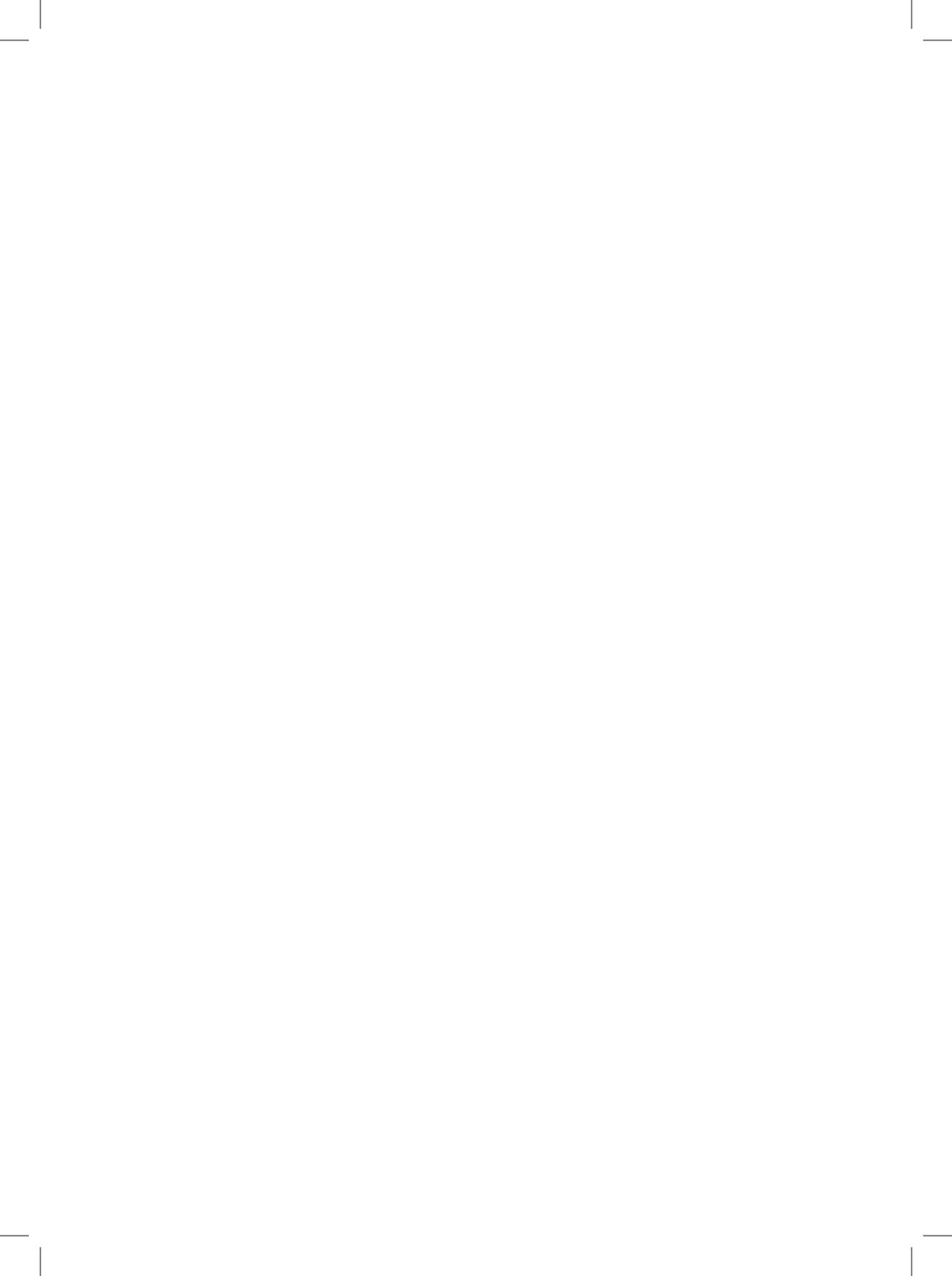
SORATTO, L.; OLIVIER-HECKLER, C. Os trabalhadores e seu trabalho; in: CODO, Wanderley (Coord.). *Educação: carinho e trabalho - Burnout, a síndrome da desistência do educador*. 3. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2002 (p. 89-110).

TARDIF, Maurice. *Saberes docentes e formação profissional*. 2 ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

VASQUES-MENEZES, I.; GAZZOTTI, A.A. Suporte afetivo e o sofrimento psíquico em burnout; in: CODO, Wanderley (Coord.). *Educação: carinho e trabalho* - Burnout, a síndrome da desistência do educador. 3. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2002 (p. 261-266).

VOLPI, J. H.; VOLPI, S. M. *Crescer é uma aventura: desenvolvimento emocional segundo a psicologia corporal*. Curitiba: Centro Reichiano, 2002a.

_____(Org.) *Psicologia Corporal*. Curitiba: Centro Reichiano, 2002b (Coleção Psicologia Corporal; v.1).



RESENHA

